

ATA n.º 23/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de Junho de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, no auditório do ISVOUGA – Instituto Superior Entre Douro e Vouga. -----

Dada a ausência do Presidente do Conselho Local de Ação Social, Dr. Emídio Sousa, a sessão de trabalhos foi iniciada e dirigida pela Dr.ª Manuela Coelho, que deu as boas-vindas a todos os participantes e informou que esta reunião teria uma “agenda recheada” de assuntos para trabalhar.-----

Ponto 1: Informações-----

A Dr.ª Manuela incentivou os presentes a partilharem informações, ideias, projectos que pudessem ser do interesse de todos. O Sr. Horácio Sá lembrou que no próximo dia 2 de Julho será realizada uma reunião extraordinária do Fórum Sénior Municipal, na Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, tendo por objectivo debater a problemática da violência sobre os idosos, considerando-a um tema actual, que deve ser discutido e combatido em conjunto por forma a ser encontrada uma norma de actuação comum, uma única maneira de trabalhar.-----

Aproveitou ainda para informar os presentes da publicação do número 0 da Newsletter do Fórum Sénior, incentivando-os a participarem no progresso e melhoria desta iniciativa.-----

A Dr.ª Manuela convidou os presentes para as Olimpíadas Séniores, que se realizarão entre os dias 25 e 27 de Junho, com a presença de 1800 séniores, considerando esta iniciativa uma forma de saber envelhecer activamente e de uma forma saudável.-----

Informou ainda que o Dia Metropolitano dos Avós, que em 2015 terá lugar no nosso concelho, irá ser realizado no dia 28 de Julho, em Gondomar, contando com a presença de cerca de 1300 avós do Concelho de Santa Maria da Feira.-----

Convidou os parceiros a estarem presentes no próximo dia 27 de Junho no Encontro Distrital das IPSS'S, que se realizará no Europarque, dada a importância dos temas que lá serão debatidos e considerados.-----

Incentivou ainda os parceiros que tiveram oportunidade de visitar, no passado dia 18 de Junho, a Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional, em Miranda do Corvo, a partilharem os seus conhecimentos, considerando ser de elevada importância o conhecimento in loco.-----

O Sr. Manuel António, Presidente da Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião, referiu que esta associação, que realiza um trabalho excelente na área da demência, envolve muita gente, sendo um exemplo que deve ser visitado pelas Cerci's do Concelho, pois é um forte investimento.-----

A Dr.ª Manuela informou que, em princípio, no final do ano, será realizada uma nova visita a uma outra instituição com um trabalho mais direccionado para a área da deficiência, dentro desta mesma lógica de partilha e de aquisição de conhecimentos.-----

Ponto 2: Leitura e aprovação da ata da reunião anterior-----

Todos os presentes receberam a ata da reunião anterior, juntamente com a convocatória para esta reunião, tendo a ata sido aprovada com três abstenções (Obra do Frei Gil, Casa Ozanam e Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares), justificadas pela ausência na reunião anterior.-----

Ponto 3: Apresentação de 2 Programas e Medidas de Apoio ao Emprego e Formação Profissional: Contratos Emprego-Inserção +; Medidas de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego e Formação Profissional EDV-----

A Dr.ª Anabela, em representação do Dr. Ricardo Faria, do Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga, iniciou a sua apresentação informando que não iria realizar uma abordagem muito profunda das três medidas activas de emprego a serem apresentadas (Programa Estágio-Emprego, Estímulo 2013 e TSU e Contrato Emprego Inserção +), mas que todos os contactos seriam disponibilizados para que os parceiros se pudessem candidatar a estas medidas e esclarecerem possíveis dúvidas.-----

Relativamente à questão da formação profissional, referiu que este é um assunto muito exaustivo, afirmando que a formação profissional existente está direccionada quer para jovens, quer para adultos, tendo por objectivo tirar as pessoas das suas residências para que adquiram novas competências. Informou ainda que, no dia 16 de Julho, terá início um EFA de Cozinha, em Rio Meão, e que, a partir de Outubro, estão previstos novos cursos, salientando que existe sempre uma equipa disponível para ajudar os parceiros nos vários projectos existentes.-----

Quanto às três medidas a serem apresentadas, referiu que estas, no seu conjunto, são importantes respostas a carências sociais, a acréscimo de actividade por parte das entidades, sendo igualmente uma resposta fulcral para apoiar pessoas que precisam de se inserirem no mercado de trabalho.-----

De seguida e de modo breve, a Dr.ª Anabela passou a apresentar os pontos com maior interesse das três medidas:-----

PROGRAMA ESTÁGIO EMPREGO: Estágio remunerado, com a duração de 12 meses, em todos os sectores de actividade, destinado a desempregados, com inscrição activa no Centro de Emprego, com idades entre os 18 e os 30 anos. Os apoios financeiros concedidos no âmbito desta medida, nomeadamente a bolsa de estágio, dependem do nível de qualificação do estagiário, sendo a sua comparticipação de 100% a 80% em função da natureza e dimensão da Entidade Promotora. A Dr.ª Anabela informou ainda que não existe um limite do período de

desemprego para candidaturas a esta medida, apenas é necessária a prova de real situação de desemprego.-----

MEDIDA ESTÍMULO 2013: Medida de apoio à contratação destinada a desempregados inscritos há pelo menos 6 meses consecutivos; a desempregados inscritos há pelo menos 3 meses consecutivos desde que não tenha concluído o ensino básico, ou com 45 anos ou mais, ou que seja responsável por família monoparental, ou cujo cônjuge se encontre igualmente sem situação de desemprego; e a desempregados que não tenha estado inscritos na segurança social como trabalhador por conta de outrem ou por conta própria nos 12 meses que procedem a data da candidatura à Medida, nem tenha estado a estudar durante esse mesmo período. Nesta medida, os apoios financeiros concedidos são de 50% do valor mensal pago ao trabalhador (num máximo de 419,22€/mês no caso de contrato a termo certo e de 544,99€/mês no caso de contrato sem termo), podendo existir uma majoração de 10% do apoio quando celebram contrato com o desempregado. A Dr.ª Anabela esclareceu que esta medida pode ser acumulada com a anterior de forma sequencial, o que não significa que a mesma seja imediata, ou seja, inevitavelmente, o estagiário terá que passar por um período de desemprego, não podendo indicar prazos para a aprovação das candidaturas. A Dr.ª Manuela informou que, apesar do tempo estipulado (1 mês) para a aprovação nem sempre ser cumprido, o estagiário pode receber o subsídio de desemprego enquanto as entidades aguardam pela aprovação dos processos. A Dr.ª Anabela informou ainda que esta medida exige que sejam criados postos de trabalho líquidos à data da entrada e que as entidades garantam formação em contexto de trabalho. Esta formação, para entidades com menos de 5 trabalhadores, deve ser garantida por entidades acreditadas, pelo que a Dr.ª Manuela referiu que esta situação terá custos, que poderão ser contornados pela realização de parcerias entre as instituições.-----

MEDIDA DE REEMBOLSO TSU: Medida de apoio à contratação destinada a desempregados: jovens com idades entre 18 e 30 anos, adultos com idade igual ou superior a 45 anos, e desempregados com idade entre os 31 e 44 que não tenham o ensino básico, que sejam família monoparental ou em que ambos os cônjuges se encontrem em situação de desemprego. Esta medida confere um apoio, por um período máximo de 18 meses, de 100% do valor da TSU no caso de contrato sem termo, e de 75% do valor da TSU, no caso de contrato a termo certo, num limite máximo de 200€/mês por contratação.-----

MEDIDA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +: A Dr.ª Anabela informou os presentes que esta medida sofreu algumas alterações com a publicação da Portaria 20-B/2014 de 30 de Janeiro e do Despacho 1573-A/2014 de 30 de Janeiro, referindo que esta medida nunca pode ser considerada como a ocupação de um posto de trabalho. Trata-se de uma actividade

socialmente necessária e temporária que pretende promover a empregabilidade e proporcionar uma aproximação ao mercado de trabalho, destinada, em primeiro lugar, a desempregados inscritos nos centros de emprego e titulares/beneficiários do rendimento social de inserção e, numa fase seguinte, a desempregados de longa duração não beneficiários, que integrem famílias monoparentais ou cujo cônjuge se encontre igualmente desempregado e vítimas de violência doméstica, devidamente comprovada. Esta medida confere um apoio de 90% para entidades privadas sem fins lucrativos e de 80% para entidades públicas, existindo um acréscimo de 10% aos apoios quando forem beneficiárias pessoas com deficiências e incapacidades. A Dr.ª Manuela questionou a possibilidade desta medida ser cumulativa com a prestação do Rendimento Social de Inserção, ao que a Dr.ª Anabela esclareceu que tudo depende do contrato celebrado, ou seja, se o mesmo for superior a 6 meses, a prestação de RSI cessa; se o contrato for até 6 meses há uma suspensão do valor de RSI. No caso da prestação de RSI ser superior a 419,22€ é dada a diferença. A Dr.ª Custódia referiu que estas questões estão sempre dependentes do agregado familiar e do seu rendimento. A Dr.ª Anabela salientou que, em Santa Maria da Feira, existem 1421 beneficiários de RSI inscritos, sendo que mais de 20 possuem licenciatura. Dados estes números, a Dr.ª Manuela afirmou que deve existir um conjunto de sinergias para se dar um outro tipo de resposta.-----
Salientou ainda que a questão da empregabilidade é um grande desafio que se coloca a todos os parceiros, defendendo que “emprego faz-se criando emprego” e que devem ser criadas possibilidades para potenciar o talento de cada um de nós. Por isso, deve ser dada uma resposta social forte, em que todos têm uma responsabilidade acrescida, tendo em conta que o próximo quadro comunitário será muito focalizado na questão do emprego e da inclusão social e, assim, devemos estar preparados e abertos para potenciar estes apoios.-----

Ponto 4 – Monitorização do Plano de Ação da Rede Social de Santa Maria da Feira 2012-2015-----

A Dr.ª Catarina Ferreira, do Secretariado Técnico da Rede Social, apresentou a monitorização do Plano de Desenvolvimento Social 2012-2015, referindo todas as ações, iniciativas e projectos que tinham sido concretizados, dando destaque às ações que faltam concretizar nos quatro eixos de intervenção prioritários: estimular a criação de respostas de integração profissional para públicos em situação de exclusão; aumentar a capacidade de resposta de alojamento temporário para pessoas com doenças do foro psiquiátrico e/ou neurológico; realizar diagnóstico concelhio das pessoas portadores de deficiência não institucionalizadas; alargar o funcionamento da valência de Serviço de Apoio Domiciliário Integrado; construir um portefólio de projectos das entidades parceiras da rede social para apoio através da

responsabilidade social empresarial; e implementar resposta de autonomização de jovens institucionalizados.-----

A Dr.ª Manuela informou os presentes que, em breve, irá abrir o Gabinete ao Criador, no CASTIIS, reforçando que ainda existe muito trabalho para ser feito, apesar de, em termos gerais, o plano estar cumprido. Referiu ainda a possibilidade de algumas das acções a concretizar poderem passar para o Plano de Desenvolvimento Social seguinte.-----

Ponto 5 – Aprovação das alterações ao Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira-----

A Dr.ª Catarina Ferreira informou que, após o envio do documento com as alterações ao Regulamento Interno do CLAS aos parceiros, não tinha chegado ao Secretariado Técnico da Rede Social nenhuma alteração ou sugestão. A Dr.ª Manuela informou os presentes que as alterações feitas consistem em pequenos acertos, colocando o documento a aprovação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Ponto 6 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira: apresentação do Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014-----

A Dr.ª Micaela, representante da Segurança Social na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apresentou o relatório de actividades de 2013, referindo que, em 2013, entraram 611 processos na CPCJ. Alertou para o facto de até ao dia 23 de Junho de 2014, a CPCJ ter 425 processos activos, o que significa que o ano de 2014 será um ano muito difícil ao nível de todas estas problemáticas, muito por força das novas indicações superiores. Por isso, reforçou o papel que todos têm de desempenhar, uma vez que a CPCJ não dispõe de uma equipa a tempo inteiro, tornando-se muito difícil o cumprimento de todas as metas a que se propõe e a resposta a todos estes processos.-----

Afirmou ainda que, ao nível das problemáticas, na faixa etária dos 0-5 anos se destaca a negligência; dos 6-10 anos a violência doméstica, problemática que nunca tinha tido números tão elevados; dos 11-14 anos a negligência e a violência doméstica; dos 15-17 anos os comportamentos graves anti-sociais e o abandono escolar; e dos 18-21 anos os comportamentos graves anti-sociais, a falta de supervisão familiar e o absentismo escolar.-----

Destacou ainda que 34% dos processos instaurados residem na faixa dos 15-17 anos, sendo necessário e urgente criar outras equipas, outros projectos que, em conjunto com a CPCJ, consigam dar resposta a esta nova situação.-----

A Dr.ª Manuela salientou que, face aos números apresentados, é necessário reflectir e discutir em Núcleo Executivo respostas de prevenção, sendo que os próprios Fóruns Sociais de Freguesia e União de Freguesias podem desempenhar um papel importante. Defendeu ainda

que, além de pensar em respostas novas, de deve melhorar tudo aquilo que já se tem vindo a fazer.-----

O Sr. Horácio Sá afirmou que estes números reflectem a depauperização que as instituições têm vindo a sofrer em termos humanos, pois, hoje, a CPCJ não tem possibilidade técnica e humana para apostar em acções de prevenção, devendo-se pensar num plano que vise as crianças e os jovens.-----

De seguida, a Dr.ª Ana Cristina Castanhola, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, apresentou aos presentes o Plano de Ação para 2014, salientando que muitas das acções previstas ainda não tinham sido concretizadas, uma vez que a equipa é bastante reduzida, apelando ao apoio da comissão alargada da CPCJ.-----

Afirmou que o Plano de Ação elaborado pela CPCJ é sempre muito ambicioso, sendo que este se divide em 3 eixos: Prevenção, Sensibilização e Formação. Para o ano de 2014, foram previstas as seguintes acções:-----

EIXO 1 – DESPERTAR CONSCIÊNCIAS: Campanha do Laço Azul (realizada no mês de Abril); Elaborar o Calendário “Hoje é dia de...” (previsto para Outubro); Activar e actualizar a página do Facebook da CPCJ (ainda por concretizar).-----

EIXO 2 – MUDAR ATITUDES: Realizar 10 ações de sensibilização nas escolas (ainda por concretizar); Realizar 2 ações de sensibilização sobre o papel das IPSS’S no sistema de promoção e protecção das crianças e jovens (prevista para o 2º semestre); Realizar 10 ações de sensibilização sobre comportamentos de risco (em parceria com a PSP, GNR e Centro de Saúde); Workshop “Educar para a sexualidade” (realizado para 20 técnicos das IPSS’S, que se revelou um sucesso, estando prevista a sua repetição); Realizar 4 ações de sensibilização promovidas pela Comunidade (está prevista uma acção para os chefes dos escuteiros e outra para os dirigentes das associações do concelho).-----

EIXO 3 – MUDAR COMPORTAMENTOS: Criar e divulgar uma ficha de sinalização para as IPSS’S; Dinamizar dois encontros regionais das CPCJ’S, um com o Ministério Público (adiado para o 2º semestre) e outro com as escolas.-----

A Dr.ª Ana Cristina Castanhola reforçou a importância da intervenção de todos os elementos, sendo que a Dr.ª Manuela traçou como objectivo procurar reduzir para metade a entrada de processos na CPCJ.-----

Ponto 7 – Núcleo Local de Inserção de Santa Maria da Feira: apresentação do Relatório de Atividades 2013 e Plano de Ação 2014 e apresentação de Boas Práticas de Intervenção ao nível da medida RSI (CERCI-FEIRA e CERCI-LAMAS) -----

A Dr.ª Custódia, coordenadora da Segurança Social de Santa Maria da Feira, apresentou aos parceiros o Relatório de Atividades de 2013 e o Plano de Ação de 2014, que congrega uma planificação das actividades e dos projectos a desenvolver para a concretização de acções que promovam a inserção dos beneficiários e garantam o seu desenvolvimento pessoal, sociais e, de forma mais abrangente, a promoção do desenvolvimento local das comunidades onde estão inseridos.-----

De seguida, a Dr.ª Custódia passou a palavra aos técnicos da CerciFeira e CerciLamas para que pudessem apresentar as boas práticas de intervenção ao nível da medida RSI.-----

A Dr.ª Catarina e o Dr.º Alexandre, da CerciFeira, apresentaram de forma breve a equipa da qual fazem parte e o trabalho que têm vindo a desenvolver, referindo que, neste momento, se deparam com dois grandes problemas ao nível dos beneficiários do RSI: alcoolismo e problemas de foro mental. Salientaram ainda que, apesar das acções de formação que dinamizam no âmbito da educação, da saúde, do desenvolvimento de competências pessoais e cidadania, entre outras, e dos projectos em que estão envolvidos, os beneficiários de RSI necessitam de muito mais informação acerca dos seus direitos e deveres, sendo que muitos deles não conhecem as novas regras nem as medidas promovidas para ajudar a inserção no mercado de trabalho destes beneficiários.-----

Posteriormente, a Dr.ª Cármen Teixeira, a Dr.ª Patrícia Leite e a Dr.ª Ana Garcia, da equipa técnica do RSI da CerciLamas, informaram os parceiros de que acompanham 126 processos de 3 freguesias (Fiães, Lamas e Rio Meão), procurando sempre uma articulação com outros parceiros de forma a atingirem os principais objectivos da equipa: promover a autonomização e o desenvolvimento psicossocial das famílias. Apresentaram ainda a Loja R, que está direccionada para toda a comunidade; o projecto “Mãos criativas” e a Cozinha Pedagógica e Feirinha Solidária “Artes e Sabores”, que têm adquirido um papel importante na integração de beneficiários de RSI.-----

Ponto 8 – Adesão ao CLAS da ADRITEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria: Apresentação da Associação aos Parceiros-----

Antes que o pedido de adesão fosse colocado a votação, a Dr.ª Cláudia Araújo apresentou de forma sucinta a ADRITEM e o trabalho que desempenham em prol do desenvolvimento local com identidade, referindo que esta associação está mais vocacionada para as freguesias rurais, apostando no capital existente, num serviço de proximidade e numa lógica de governança

local. Convidou ainda os parceiros a estarem presentes no “Há Festa na Aldeia”, nos dias 16 e 17 de Agosto, na aldeia de Porto Carvoeiro, Canedo.-----

A Dr.ª Manuela apresentou a proposta de adesão ao CLAS da ADRITEM, que foi aprovada por maioria.-----

Ponto 9 – Ratificação do Parecer para alargamento do CATL do Centro Social Paroquial S. Jorge para alunos do 2º ciclo-----

A Dr.ª Joana Nicolau apresentou ao plenário o pedido de parecer para o alargamento do CATL do Centro Social Paroquial S. Jorge para alunos do 2º ciclo, não implicando alteração na capacidade e número de clientes estabelecidos no acordo de cooperação existente com o Instituto de Segurança Social. A necessidade deste alargamento reflecte as evoluções e as mudanças inerentes às dinâmicas do social, pretendendo-se oferecer uma resposta que privilegia as necessidades reais da população e que possui uma abordagem integrada transversal a diferentes faixas etárias.-----

O referido pedido já tinha sido analisado pelo Núcleo Executivo da Rede Social, tendo obtido parecer favorável dos membros do CLAS, tendo em conta que, no concelho, não existem respostas a este nível para as crianças do 2º ciclo.-----

Ponto 10 – Outros Assuntos de interesse para o desenvolvimento social do concelho-----

A Dr.ª Manuela informou os presentes que, no âmbito da realização do IV Mosaico Social, previsto para finais de Junho de 2015, é necessário a constituição de um grupo de trabalho, sendo que a temática do próximo mosaico será, em princípio, a empregabilidade.-----

Nada mais havendo a tratar, a Dr.ª Manuela agradeceu a presença de todos, dando por encerrado o plenário do Conselho Local de Ação Social.-----